



Anais da Assembléia

Nº 23

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1984.

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) — Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA (Pela ordem) — Eu requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere, e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

22 Senhores Deputados responderam a chamada. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Em votação a Ata. — Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

Requerimentos: EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei 135/83, que cria a Secretaria de Estado de Turismo.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 52/84, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE”.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Apoiamento: Acir Mezzadri.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, por 30 (trinta) dias, encaminhando-se cópia do mesmo ao Poder Executivo, a fim de que sejam procedidos estudos para a regulamentação da contagem proporcional de tempo de serviço aos servidores que exercem atividades que possam ser consideradas perigosas, insalubres ou que estejam sujeitas a regime especial de aposentadoria.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, durante um mês, o Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, de autoria do signatário deste requerimento, encaminhando-se cópia do mesmo, juntamente com projeto de lei de autoria do ex-Deputado Fideicino Tolentino, que trata da contagem proporcional de tempo de serviço de professores, matéria correlata, a fim de que sejam procedidos estudos no sentido de se regulamentar o exercício das atividades consideradas INSALUBRES; PERIGOSAS; OU SUJEITAS A REGIME DE APOSENTADORIA ESPECIAL.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, de autoria do signatário deste requerimento, tem por objetivo proporcionar o direito à aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviços prestados em função grática, aos funcionários da Imprensa Oficial do Estado.

Todavia, durante a tramitação deste Plano de Lei, novos elementos surgiram, inclusive no tocante ao direito da contagem proporcional de tempo de serviço àqueles servidores com direito a regime de aposentadoria especial, tal como ocorre com os professores.

A respeito do assunto, tramita nesta Casa, Projeto de Lei de autoria do ex-Deputado Fidelcino Tolentino.

Dada a amplitude da matéria, e considerando que recentemente, através do Decreto n.º 87.374, de 08 de julho de 1.982, o Presidente da República, ao regulamentar os benefícios da Previdência Social, instituiu a contagem proporcional de tempo de serviço para os trabalhadores que exerceram mais de uma atividade, deixando de completar o tempo de aposentadoria reduzido por natureza da função que exercia, sem "usufruir do benefício", entendemos que a matéria poderá ser objeto de estudos mais amplos, por parte da administração de nosso Estado.

Assim, esclarecemos que o referido Decreto, em seu art. 1.º, modificou a redação do art. 60 e seu parágrafo 2.º, do Decreto Federal n.º 83.080, de 24 de janeiro de 1.979, em cujos anexos são nominadas as atividades consideradas sujeitas a regimes de aposentadoria especial, conforme a natureza das funções exercidas.

Ora, não podemos deixar de dar tratamento semelhante aos servidores do Estado, principalmente após a Emenda Álvaro Dias, pela qual o tempo de aposentadoria dos professores passou a integrar regime especial, bem como aos gráficos e seres humanos que trabalham com raios-x, por exemplo.

Estas, as razões pelas quais entendemos que a matéria é merecedora de estudos por parte do Poder Executivo, a quem caberá, no prazo razoável de trinta dias, pronunciar-se a respeito do assunto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, do Senhor OTÁVIO PEREIRA.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital da Senhora Sílvia Santos Lima Montes, genitora de Antônio Romão Montes e Waldomiro Montes.

Tal passamento vem de consternar a nossa sociedade face aos dotes morais da extinta sempre voltada para os menos favorecidos.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, moção de apoio às Rádios Caiobá e Ouro Verde, por terem ignorado as pressões do DENTEL e cumprindo a sua função de bem informar o público, divulgando a posição deste Deputado a favor das eleições diretas para a Presidência da República.

Sala das sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, tendo em vista o Termo de Cooperação Financeira n.º 017/84, firmado entre a Secretaria de Educação e a Prefeitura Municipal de Arapoti, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo a Senhora Secretária de Educação, Gilda Poli Rocha Loures, solicitando providências no sentido de que aquela autoridade baixe o Ato dando posse aos professores, em n.º de 06 (seis), e Auxiliares de Secretaria, em n.º de 08 (oito), de um total de 81 inscritos, bem como Serventes, em n.º de 02 (duas), de um total de 86 inscritos, concursados por força do Decreto Municipal n.º 208, de 28.02.84, publicado no Diário Oficial n.º 1743, de 15.03.84, que previu a realização de Exames de Seleção para provisão de vagas para os mencionados cargos, em estabelecimentos de ensino estaduais do município de Arapoti, os quais já se encontram contratados pelo regimento CLT para o exercício de suas funções, sem contudo poder assumi-las.

Pretende-se a solicitação, em face das gestões feitas pela Associação de Pais e Mestres Telêmaco Carneiro - APMTC, da Escola Estadual Telêmaco Carneiro junto àquela Pasta, com a finalidade específica de defender os interesses do educando parte mais prejudicada com os fatos acima expostos.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL e PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de se avaliar a possibilidade da criação e instalação de um módulo policial para a Municipalidade de Araruna.

Aliados a esta reivindicação, necessita de:

- Maiores quantidades de armamento
- Mais uma viatura devidamente equipada
- Mais um motorista
- Maiores contingentes de policiais (sendo dois soldados para o Distrito de São Vicente)

Tais pedidos visam atender iniciativa do Excelentíssimo Senhor OSVALDO VALARINI, Prefeito Municipal e do Excelentíssimo Senhor ALCIDES M. NIZA, Vereador da Câmara Municipal, estes afirmam que com a adoção de tais medidas por certo, será oferecida

a toda aquela coletividade, maior segurança, e ao organismo policial será possibilitado manter com maior eficiência, a ordem pública.

Neste sentido, é de capital importância que esta Secretaria de Estado da Segurança Pública, dê o devido encaminhamento as reivindicações em tela, cujo interesse é verificado não apenas por aquelas eminentes autoridades, mas também do conjunto de moradores do Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando o desenvolvimento de estudos visando avaliar a possibilidade de se firmar convênio entre essa Pasta e a Prefeitura Municipal de Iretama.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor HUMBERTO GOMES MARTINS, Prefeito Municipal e do Presidente do Diretório Municipal do P.M.D.B., o Senhor Lourival Vieira de Lima, estes creem que com a firmação do mencionado convênio virá não apenas a atender uma maior faixa de pessoas, como também permitirá a elevação da qualidade no que diz respeito a saúde preventiva e os chamados primeiros socorros.

Trata-se de uma importante reivindicação para o município de Iretama, e que permitirá por parte dessa Pasta, a merecida atenção, ante as razões expostas.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENY LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo-lhe providências urgentes no sentido de que seja construída uma ponte sobre o rio Liso, ligando os Municípios de Planalto a Pérola D' Oeste, na altura do Km. 43, dando-se ciência deste requerimento à Câmara Municipal de Planalto.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A Referida ponte que havia sobre o rio Liso, foi completamente destruída e levada pelas águas, quando da enchente ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram a região no mês de maio do ano passado. Como consequência, o tráfego de veículos ficou impedido, causando sérios prejuízos, principalmente aos agricultores dali, que não podem escoar sua produção.

Para comprovar a necessidade da medida, estamos anexando cópia xerox de abaixo assinado dos moradores dos Kms. 40 a 48, todos trabalhadores da agricultura, que ali labutam há mais de 25 anos, e que certamente merecerão da Secretaria dos Transportes o atendimento desta justa reivindicação, para que possam continuar contribuindo para o engrandecimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde e Bem-Estar Social solicitando a instalação de postos de saúde no Distrito de São Vicente e nas localidades de São Geraldo e Taquarimbé no Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Urge que se dê atendimento médico e ambulatorial nas localidades supracitadas, haja vista que a maioria dos seus moradores são pessoas carentes, as quais trabalham na lavoura como bóias-frias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando dotar com aplicação de cascalho, 70 km de estradas vicinais no Município de Vera Cruz do Oeste.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

É premente a dotação de condições de trafegabilidade nas rodovias vicinais de Vera Cruz do Oeste, por tratar-se de município farto produtor agrícola, necessitando um bom escoamento da produção, evitando prejuízos aos produtores do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, manifestando solidariedade às reivindicações dos trabalhadores do DER/PR.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Conhecedor da responsabilidade do trabalho desenvolvido pelos funcionários do DER/PR., quero hipotecar minha solidariedade às suas reivindicações salariais.

Sober o DER/PR., pesa a responsabilidade das vidas de 8 milhões de paranaenses que invariavelmente circulam sobre as estradas que conserva, mesmo às custas das dificuldades enfrentadas pelo Estado que dispõe de recursos insuficientes para este fim. De 1977 a 1984 mais de 6 mil quilômetros de rodovias foram colocadas sob os seus cuidados, enquanto no mesmo período o quadro de pessoal e a frota de equipamentos permaneceram os mesmos.

O trabalho é árduo. Conservar é recompor, tapando buracos, recapeando, reconstruindo trechos inteiros, além de construir trevos, terceiras faixas, modificar o traçado de estradas para torná-las mais seguras; revestir rodovias de leitos naturais para escoar safras e um infinito de outros serviços. Sabemos ainda que o trabalho que tem que ser bem feito para representar ao governo maior economia, e

que o tempo disponível para isto tem que ser integral, e que os funcionários estão em todos os lugares num trabalho que nunca acaba e absorve às vinte e quatro horas de cada dia.

O DER/PR administra 1/3 do orçamento do Estado atendendo todos os municípios, inclusive dando atenção especial e intensa a 236 deles prestando aconselhamento técnico, equipamentos, fiscalização, mesmo não sendo estas as suas atribuições.

Por outro lado estudos demonstram que os salários percebidos pelos funcionários são menores do que as suas necessidades e principalmente inferiores a outros setores do Governo, e até mesmo de muitas Prefeituras.

A situação é tão crítica, Sr. Governador, que estes estudos demnsotram que oitenta por cento dos trabalhadores do DER recebem até um salário mínimo. Como dizem os próprios interessados: "o que reivindicamos não é um aumento salarial, mas o retorno do poder aquisitivo que tínhamos quando entramos no DER/PR e que foi tirado em função de uma política salarial injusta".

A solidariedade que dedicamos, Sr. Governador, está ligada à nossa consciencia de que estes trabalhadores não vêm recebendo o suficiente para atender as suas necessidades e a dos seus familiares no que diz respeito à saúde, educação e alimentação.

Esta é mais uma herança que o Governo do PMDB recebeu dos anos de autoritarismo e desmando que caracterizaram governos anteriores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a reconstrução da ponte sobre o Rio Corvo, indispensável para a ligação entre os Municípios de Vera Cruz do Oeste e Toledo.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Salientamos que a inexistência de ponte vem dificultando sobremaneira a locomoção dos munícipes sediados nas proximidades.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do INAMPS, solicitando o credenciamento de todos os hospitais dos municípios do Paraná dando direito assim de opção de escolha aos segurados da Previdência.

Senhor Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do INAMPS, solicitando o credenciamento de todos os hospitais do Paraná, dando direito de opção de escolha aos segurados da Previdência.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O credenciamento de um só hospital em cada município fecha por si só o direito que tem o segurado previdenciário de escolher o que mais lhe dê atendimento melhor, essa medida hoje proposta democratiza o atendimento na previdência social, e não deixaria que o segurado sofresse as agruras do mau atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente a Ex.^{ma} Sra. Secretária de Educação, solicitando imediatas providências no sentido de ser reformada a Escola Luzia Garcia Vilar, Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A escola em tela, com centenas de alunos, está totalmente sem condições de receber sua clientela que para ali vai receber ensinamentos indispensáveis para sua vida. Urge que se proceda uma reforma criando condições reais ao aprendizado daqueles que ali diariamente vão para estudar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja avaliada a possibilidade de se destinar uma ambulância devidamente equipada, para atendimento, através de convênio, com a Prefeitura Municipal de Roncador.

De iniciativa do Ex.^{mo} Sr. Joaquim Rodrigues da Silva, nobre Vereador da Câmara Municipal de Roncador, este afirma ser de grandiosa importância a doação do referido veículo. Pois, atualmente, aquele município não dispõe de tal recurso, nem de uma estrutura de atendimento aos que necessitam de assistência médica, especialmente para outros centros.

Neste sentido, a destinação do referido veículo segundo aquele integrante do Legislativo Municipal, Joaquim Rodrigues da Silva, possibilitaria uma considerada elevação de qualidade no atendimento, no que diz respeito ao setor de saúde.

Em face dos motivos apresentados, espera-se dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, que estude a possibilidade de atender a solicitação ora enunciada.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ex.^{mo} Sr. Ministro dos Transportes, objetivando a implantação de nova sinalização na rodovia BR-369, compreendendo ligação entre o Município de Campo Mourão ao Município de Cascavel.

De iniciativa do Dr. Carlos Alves, DD. Chefe da CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito do Município de Ubatã, tal pedido na verdade parte

também dos muitos usuários daquela rodovia.

Atualmente, aquela via de ligação apresenta nitidamente vários problemas de sinalização, tanto nas laterais (existe diversas placas danificadas ou totalmente destruídas) como na faixa central que divide uma via de outra.

Nos anais que registram os acidentes de trânsito, a maioria é atribuída às imprevidências dos motoristas. Mas, no entanto, existe também por certo ocorrência que bem poderia ser evitada, se houvesse melhores condições de tráfego de um modo geral.

Outro aspecto importante, é que a Rodovia BR-369 é seguramente uma das mais importantes estradas de ligação do Estado do Paraná, envolvendo outros municípios, além de Campo Mourão e Cascavel, (que são pólos regionais): Mamborê, Juranda, Ubitatã, e Corbélia, servindo de acesso a outras também de considerada importância.

Em razão dos motivos ora discorridos, espera-se desse Ministério dos Transportes, o devido encaminhamento da proposta enunciada, que virá, sem dúvida alguma, trazer novamente a tranquilidade aos que trafegam pela citada PR-369.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Transportes, solicitando a inclusão na programação de obras do DER da pavimentação do trecho de Nova Aurora a Cafelândia do Oeste, na extensão de 11 quilômetros.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a região é grande produtora agrícola, e a interrupção no asfalto da PR-180, entre Nova Aurora e Cafelândia do Oeste, na época de chuva, acarreta sérios transtornos à circulação dos produtos e das pessoas, obrigando o desvio do tráfego do Norte, pela PR-180, ou do Oeste, pela PR-239, em demanda a Cascavel, e vice-versa, a considerável desvio, até a intercessão com a BR-369, nas proximidades do Rio Pinhãozinho.

Tendo em vista a comercialização dos produtos agrícolas desta região, faz-se necessária a pavimentação deste trecho, que muito contribuirá para a melhoria da vida econômica e social da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando a inclusão na programação de obras do DER, da pavimentação do trecho Nova Aurora - Palmitópolis, na extensão de 12 quilômetros.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Nova Aurora, com uma população estimada em 30 mil habitantes, tem na atividade agrícola sua base econômica, produzindo

na safra 1982/83, 52 mil toneladas de soja, 19 mil de milho, 16 mil de trigo e 9 mil de algodão, entre outros produtos. Toda a região é grande produtora agrícola, e, inexplicavelmente, até agora não consta da programação de obras do DER a pavimentação do trecho citado, cujo asfaltamento constitui genuína aspiração local pelos benefícios que trará à economia e à vida dos habitantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando reparos urgentes na estrada PR-281, que liga os Municípios de Planalto a Realeza, especificamente nos quilômetros 86 a 87, que sofreram desmoronamento, dando-se ciência deste requerimento à Câmara Municipal de Planalto.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A PR-281, entre Planalto e Realeza, foi uma das muitas estradas prejudicadas com deslizamentos de aterros e desmoronamentos de barrancos, por ocasião das fortes chuvas ocorridas no início do ano passado, o que, por falta de reparos, está piorando.

Trata-se de rodovia com intenso tráfego, cujo trecho está sobremaneira perigoso, podendo, inclusive vir a causar acidentes de sérias proporções, razão porque apelamos à Secretaria de Transportes, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes para os necessários reparos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Ex.^{mo} Sr. Deni Lineu Schwartz, DD. e Secretário dos Transportes, solicitando a construção de rodovia asfáltica ligando os Municípios de Altônia e Francisco Alves, passando pelas localidades de Jardim Paredão, em Altônia, e Vila Nilsa, no Município de Iporá.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A ligação asfáltica dos Municípios de Altônia e Francisco Alves é um antigo desejo de ambas as comunidades. Esta obra foi então, inclusive motivo de promessa de governos passados, que no entanto não foi concretizada.

Hoje os moradores, principalmente de Jardim Paredão e Vila Nilsa, estão esperançosos de que poderão

contar com o benefício. Esta obra virá beneficiá-los sobremaneira, pois facilitará o escoamento da produção ali verificada.

Se a rodovia atingir os patrimônios de Jardim Paredão e Vila Nilsa, beneficiará as duas localidades que concentram o maior número de pequenos produtores rurais daquela região e que, desta forma, não enfrentarão mais os habituais transtornos quando do escoamento de suas safras. Por certo o trajeto

proposto trará consideráveis economias no que tange aos custos de produção e escoamento das safras, notadamente de café e feijão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Claus Magno Germer, DD. Secretário de Estado da Agricultura, propondo a instalação de um Posto da CAFE do Paraná no Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Pela importância da CAFE DO PARANÁ no mecanismo de distribuição de sementes, no fomento à produção, no apoio que oferece à agricultura, em especial ao combate à erosão, dando meios de seu combate ao alcance do pequeno e médio produtor, não pode ficar a CAFE DO PARANÁ fora de atuação numa área da importância do Município de Douradina, que concentra significativa parcela de produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Presenciamos hoje no Paraná, como de resto no País, o desestímulo à produção de alimentos para consumo interno, fato que vem gerando novas dificuldades à população brasileira, submetida a vicissitudes de toda sorte num quadro em que predominam a angústia, a incerteza e os renovados problemas decorrentes do baixo poder aquisitivo da maioria da nossa população, que começa a ver rondar os seus lares o fantasma da fome e da miséria.

Tudo isso agravado pela conjuntura recessiva na qual sobressai o desesperador índice inflacionário superior a 200 por cento num ano.

Como resultado do modelo econômico penalizador que nos foi imposto pelo Fundo Monetário Internacional, é triste e envergonhante constatar o gradativo empobrecimento da população brasileira, vivendo marginalizada num País de grandes potencialidades econômicas e enormes riquezas naturais.

É paradoxal que, vivendo num País assim, milhões de brasileiros estejam famintos. Porém, é justo reconhecer que essa situação decorre, em boa parte, da omissão do Poder Público na implementação de planos capazes de explorar as nossas potencialidades e atender necessidades básicas dos brasileiros, principalmente na área de alimentação.

Exemplo dessas minhas afirmações, temos no Paraná a dramática situação dos nossos municípios litorâneos e das suas populações, para os quais desejo chamar a atenção dos nossos governantes, e espero sensibilizá-los para uma atuação eficaz, ao discorrer nesta oportunidade sobre a viabilidade de projetos que poderão representar o alvorecer de uma nova era de progresso e desenvolvimento do nosso litoral, região que temos a honra de representar nesta Assembléia pela outorga do quinto mandato consecutivo que nos foi conferido pelo bravo povo do litoral paranaense, do qual muito nos orgulhamos.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Vossas Excelências são testemunhas das nossas constantes manifestações sobre as potencialidades do litoral paranaense, principalmente as pesqueiras que, há anos, vêm despertando a cobiça de empresas sediadas em outros Estados.

Temos repetidas vezes, denunciado nesta tribuna e por intermédio dos veículos de comunicação social, a invasão de nossas águas por embarcações piratas que, apesar da fiscalização, vem se sucedendo em escala crescente a cada ano.

Pela ação predatória e constante desses barcos invasores de nossas águas, os pescadores paranaenses passaram a sobreviver em condições precárias porque o principal produto da sua atividade que são o peixe e o camarão, estão diminuindo nas baías de Paranaguá.

A natureza não pode ser explorada de maneira predatória. É preciso compensá-la para que esta dê o retorno ao homem.

Com 500 quilômetros quadrados, o conjunto das nossas baías marítimas se constituem num dos maiores mananciais próprios para a exploração da maricultura. Outro fator preponderante é que as águas nosso litoral ainda estão, praticamente, isentas de poluição.

Hoje, aproximadamente 4 mil famílias vivem exclusivamente da pesca artesanal na área de influência de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba. Caso se propicie o aumento da produção de camarão e de peixe, o nível de vida dessa população poderá melhorar, significativamente, ao mesmo tempo em que se abrirá um novo campo para se resolver o problema de mão-de-obra.

O governo do Estado já possui estudos e levantamentos dos ciclos biológicos das águas litorâneas. Existe, inclusive, um trabalho realizado durante quase dois anos, desses ciclos, das condições de salinidade, temperatura, correntes marítimas, poluição e outros dados técnicos para se implantar projetos de desenvolvimento da pesca. Também existem estudos para a implantação de uma Estação de Carcinicultura na Baía de Paranaguá. Essa estação objetiva a criação de post-larvas de camarão visando o repovoamento da baía. O custo desse empreendimento é relativamente barato, ao se considerar o seu alcance social.

Algumas tentativas já foram realizadas no litoral, embora sem resultados satisfatórios. Sob a orientação da EMATER foram construídas algumas unidades de observação de cultivo de camarões. Esses viveiros, por razões adversas, não foram expandidos em todo litoral, como era o esperado. A ausência de incentivos financeiros e pesquisa básica contribuíram para a falta de motivação desse programa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É fácil se avaliar a potencialidade que o litoral nos oferece. Mas, para esclarecer, gostaria de lembrar alguns fatores adversos: o camarão legítimo pelo instinto de proteção dos predadores existentes em mar aberto, nada dezenas de quilômetros, ajudado pelas correntezas em direção aos estuários, onde permanece aproximadamente seis meses até completar a sua fase adulta, regressando em seguida ao oceano. Durante essa migração fatores diversos concorrem para a mortalidade do camarão, chegando a um índice médio de 95 por cento.

Nas baías paranaenses, a entrada de post-larvas

de camarões no período de dezembro a março, beneficiando os pescadores que moram no interior das baías, que, por não terem condições de pescar em mar aberto devido à distância e à embarcações precárias, sobrevivem quase exclusivamente da pesca de camarão.

Com o aumento das populações pesqueiras e o incremento de embarcações motorizadas no interior da baía, a produção, por pescador, tem diminuído, levando-se em consideração que até o momento nada foi realizado de prático para aumentar o estoque pesqueiro dessa espécie.

Com a implantação da Estação de Carcinicultura poder-se-ia numa primeira etapa, repovoar, anualmente, as baías, com sete milhões de post-larvas de camarão, equivalendo a uma suplementação de 105 toneladas desse produto em fase adulta. Considerando-se um índice de captura em torno de 30 por cento da população introduzida, serão produzidos 31 toneladas, equivalendo a um aumento da produção paranaense de 13 por cento. Isto apenas inicialmente.

Também com o repovoamento escalonado será possível capturar o camarão durante o ano inteiro, pois atualmente é realizado no período de abril a agosto.

Esse repovoamento é necessário e urgente. A captura de crustáceos não suporta mais embarcações pois o estoque natural está limitado. Na captura do camarão verifica-se que houve um aumento de produção em decorrência do aumento do número de embarcações. Porém, em contrapartida, a produtividade declinou.

Os barcos precisam operar mais tempo para atingir a produtividade desejada, e como consequência, os custos se elevam e os lucros, cada vez, são mais inferiores.

A tecnologia para se desenvolver a criação de camarão já existe e é de fácil acesso. No Japão essa atividade vem sendo desenvolvida há dezenas de anos e outros países introduziram a mesma técnica, como por exemplo os Estados Unidos. Em algumas partes do Brasil, principalmente no Nordeste, já se cria camarão, inclusive em cativeiro. Essa seria uma outra opção: desenvolver a criação de camarão em escala industrial. Mesmo com a atividade industrial haveria maior demanda de mão-de-obra no litoral paranaense. Mas, para se desenvolver a atividade do repovoamento das baías, que beneficiariam milhares de caiçaras, ou industrial que abriria uma nova perspectiva para o litoral, há necessidade de se implantar, antes de tudo, uma estação para a produção em grande escala de post-larvas de camarão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Governo do Estado já tem pesquisa sobre o assunto. A SUREHMA realizou vários levantamentos e conclui pela necessidade de uma Estação de Carcinocultura, a custos de 1981, estava orçada em 17 milhões de cruzeiros. Mesmo com as correções devidas, nota-se que é um investimento pequeno para os desdobramentos sociais e ecológicos que propiciará.

À propósito: muito se tem falado em proteção ambiental neste Estado. Quero lembrar aqui que para o desenvolvimento das espécies marinhas, principalmente camarão e peixe, é fundamental a preservação dos mangueirais. Neste sentido, faço um apelo ao Governador José Richa, para que determine a fiscalização dos manguezais paranaenses que farão parte da Estação

Ecológica de Guaraqueçaba.

Essa estação já foi criada por decreto do Presidente Figueiredo e estão em tramitação entendimentos para que o Governo do Estado proceda a fiscalização das áreas delimitadas, evitando-se a sua depredação. Essas áreas, além do aspecto puramente ecológico, tem importância fundamental, na economia da região. Como se constata, nobres Srs. Deputados, impõe-se que medidas complementares continuem sendo implementadas no âmbito dos diversos órgãos da administração estadual, a fim de que os trabalhos desenvolvidos até agora, especialmente pela SUREHMA, não sofram solução de continuidade, mas, isto sim, sejam efetivamente apoiados e ampliados para que as áreas compreendidas pelas baías de Paranaguá, Antonina, das Laranjeiras e de Guaraqueçaba, tenham a sua potencialidade explorada para incrementar o cultivo de peixes, ostras e camarões, criando-se, dessa forma, novas e importantes fontes de suprimento de alimentos ricos em valor protéico, tão necessárias às populações paranaenses e brasileiras, além de se promover o apoio imprescindível aos atuais trabalhadores do nosso litoral e à criação de novas oportunidades de trabalho, medida de alta relevância social e que está a exigir uma decisiva atuação governamental para que possamos, com firmeza, enfrentar a grave conjuntura adversa que se apresenta no momento, face às circunstâncias criadas por uma economia mundial recessiva. O momento é de crise, devemos reconhecer, porém, com esforço e soluções criativas voltadas para a nossa realidade mais próxima, como a exploração de nossas potencialidades de riquezas estuarinas, haveremos de contribuir para minimizar os problemas que nos afligem, e encaminhar questões cujas soluções constituem um verdadeiro desafio a todos aqueles que fizeram da causa pública o bem maior do objetivo que perseguem e a grande força que impulsiona toda a sua atividade. Tenho certeza, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, de que à minha disposição de lutar nesse sentido, somar-se-ão a elevada compreensão e desejo dos membros desta Assembléia de contribuir para o desenvolvimento econômico do litoral paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diante do exposto, e considerando que a Comissão de Ecologia desta Casa vai analisar o programa de estímulo à pesca do litoral paranaense, e da implantação do terminal pesqueiro de Pontal do Sul, em convênio com a SUDEPE, solicito que estas contribuições sejam levadas para análise daquela comissão, com cópia para a Secretaria da Agricultura. Quero lembrar da oportunidade dessas reivindicações que faço hoje: a natureza não pode ser explorada de forma predatória; é preciso repor aquilo que se tira dela para que todos sejamos beneficiados.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, do editorial intitulado "Estranho Poder", de autoria do jornalista Emir Sfair, publicado no jornal "O Paraná", de 11 de abril de 1984.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata do editorial publicado no último dia 11, pelo jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Ainda há o que reivindicar".

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez o jornal "Gazeta do Povo" se engaja numa campanha paranista de caráter cívico, que só tem a merecer o aplauso desta Casa de Leis. Trata-se da reivindicação de mais de 19 Juntas de Conciliação e Julgamento, que acaba sendo atendida em parte pelo Tribunal Superior do Trabalho. Do número pretendido, apenas sete foram autorizadas, o que não irá resolver de forma alguma o problema de acúmulo de serviço, especialmente numa época de crise como a atual, com o desemprego aumentando dia a dia.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 88/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, custeará integralmente as despesas hospitalares, em acomodação individual com direito a acompanhante, aos integrantes da Polícia Militar internados em consequência de ferimentos sofridos no desempenho de suas funções.

Parágrafo único. Se o internamento for de urgência em estabelecimento hospitalar não credenciado, o IPE tomará imediatas providências destinadas a regularizá-lo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Estou absolutamente certo de que ninguém fará qualquer objeção à presente iniciativa. A medida, abrangendo tanto policiais quanto bombeiros, feridos no cumprimento da nobilitante função, conta com a simpatia da população em geral. Nestes dias de insegurança, que da cidade se expande até as áreas rurais, o policial militar vive em constante perigo de vida. Já que sua profissão o expõe permanentemente, nada mais justo do que assegurar-lhe uma assistência médico-hospitalar condigna, sem ônus para o seu modesto soldo. Não é muito, porém traduz a alta conta em que o Poder Público inscreve a briosa categoria profissional dos agentes da segurança pública.

PROJETO DE LEI Nº 74/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O parágrafo único do Art. 51, da Lei nº 7297, de 08/01/80, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 51 —

Parágrafo único. Nessas Comarcas, exercerá a direção do Fórum o Juiz de Direito mais antigo na respectiva Comarca."

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo único do art. 51, da Lei nº 7297, de 08/01/80, (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), estabelece atualmente que o cargo de Diretor do Fórum, nas Comarcas onde houver mais de um Juiz de Direito, será exercido pelo Juiz Titular da 1ª Vara Cível e, em sua falta, o da 1ª Vara Criminal, seguindo-se a atribuição pela ordem de antiguidade na Comarca.

Acontece que a fórmula hoje adotada gera situações até certo ponto injustas, pois pode ocorrer que o Juiz de Direito mais antigo na Comarca, não querendo ser removido da Vara que ocupa, para a 1ª Vara Cível ou 1ª Vara Criminal, acaba ficando subordinado a outro Juiz mais novo e que venha a preencher o cargo de Diretor do Fórum.

O presente projeto de lei visa a eliminar tal distorção, motivo pelo qual esperamos obter o apoio dos nobres Srs. Deputados para a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 75/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Quadro Próprio de Especialistas, integrantes da categoria de Pessoal do Magistério, estabelecida no art. 3º da Lei Complementar nº 07, de 22/12/76, compõem-se de quatro grupos ocupacionais e séries de classes aqui codificadas em consonância com as disposições da Lei Federal nº 5692/71.

Parágrafo único. O número de cargos das séries de classes dos Especialistas de Educação será fixado considerando o regime de trabalho e a carga horária, as características de cada grupo ocupacional, a responsabilidade dos encargos específicos consoante às necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º — O Quadro Próprio de Especialistas atenderá a quatro grupos distintos, a saber:

- I — Planejadores da Educação
- II — Administradores de Educação
- III — Supervisores Educacionais
- IV — Orientadores Educacionais.

§ 1º — Classifica-se como Planejador o funcionário habilitado, a nível de graduação, encarregado do Planejamento Educacional quer seja a nível de Entidade ou de Sistema Educacional;

§ 2º — Entende-se por Administrador o funcionário habilitado, de acordo com o nível de atuação, ou que estando na função se proponha a realizar curso específico de Administração correspondente à função que ocupa, como segue:

a) Curso de 2º Grau em educação e/ou administração para o cargo de auxiliar administrativo;

b) Curso de pedagogia, com administração ou curso de magistério, com especialização em administração para cargos de: Secretário (a) Escolar, Coordenador de Turno — ou Coordenador — Administrativo, Diretor Auxiliar, Diretor Geral dos Estabelecimentos de Ensino;

c) Curso de Pedagogia com Inspeção Escolar, ou

Curso de Magistério com formação em Inspeção Escolar, para os cargos de Inspetor Auxiliar e Inspetor Regional de Ensino;

d) Pedagogia, ou curso de Magistério, seguidos de Especialização, Mestrado ou Doutorado na área de Administração Educacional, para os cargos de: Chefe de Núcleo, Coordenação de Núcleos Regionais, Chefes de Setores e Departamentos do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 3.^o — O Estado do Paraná ensejará oportunidade para aperfeiçoamento do pessoal já vinculado aos cargos mencionados no artigo anterior e seus parágrafos, na falta de pessoal habilitado, a pessoas portadoras de graduação em Magistério que pretendam transposição para funções de especialistas, para que, num prazo de três (03) anos façam a respectiva especialização.

Art. 4.^o — O ingresso na carreira de Especialista se fará por concurso público de provas e títulos, observados os requisitos mínimos de cada estágio da carreira.

Art. 5.^o — A permanência em cada estágio de carreira será de, no máximo quatro (04) anos em uma mesma função, se dilatando esse prazo no interesse do Estado e/ou da Comunidade.

Parágrafo único. A comunidade a que pertence o Estabelecimento em que estiver atuando o funcionário poderá optar pela permanência do mesmo, por qualquer forma de manifestação popular, em que se comprove o interesse de no mínimo 2/3 dos seus participantes, desde que haja manifestação prévia e formal de que aceitará a continuidade se tal ocorrer.

Art. 6.^o — Os cargos do Quadro Próprio de Especialistas agrupam-se em tabelas distintas, sob o regime deste Estatuto, organizadas segundo o grau de habilitação, complexidade e responsabilidade de suas tarefas e outras características.

Art. 7.^o — Norma especial fixará de dois em dois anos, o número de cargos do Quadro Próprio de Especialistas indispensáveis ao atendimento dos compromissos do Estado no desenvolvimento do ensino, em todos os seus níveis, quanto a provimentos por concurso, promoção e acesso, para efeito de inclusão na Lei Orçamentária do exercício seguinte.

Art. 8.^o — O pessoal Especialista de Educação funcionará em regime de 20, 30 ou 40 horas semanais de trabalho, segundo opção própria, ou a necessidade do Estado, consoante à importância da função e das tarefas a serem desempenhadas.

Parágrafo único. Compete à(ao) Secretário(a) de Educação decidir sobre os níveis salariais, o estabelecimento de tabelas especiais, gratificações, representações e eventuais segundo a importância de cada função do Quadro de Especialistas, observadas as normas do art. 20, deste Estatuto.

Art. 9.^o — A Secretaria de Estado da Educação fixará prazos de carência para prática de ensino a nível de sala de aulas, caso a função do Especialista assim o exija.

Art. 10 — Nos demais aspectos, aplica-se o disposto no Estatuto do Magistério — Lei Complementar n.^o 07, de 22/12/76, ao Pessoal Técnico Administrativo.

Art. 11 — Esta Lei Complementar, parte integrante do texto da Lei Complementar n.^o 07/76, Estatuto do Magistério, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: ERONDY SILVÉRIO, AMÉLIA HRUSCHKA, NELSON VASCONCELLOS e ANTÔNIO BELINATI.

PROJETO DE LEI N.^o 76/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarada de Utilidade Pública a "ATAI" — ASSOCIAÇÃO TEXEIRA SOARENSE DE AMPARO AO IDOSO", entidade de assistência social, com sede na cidade de Teixeira Soares, neste Estado.

Art. 2.^o — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

A comunidade da cidade paranaense de Teixeira Soares fundou há poucos anos a "ATAI — Associação Teixeira Soarense de Amparo ao Idoso".

Essa meritória entidade, que não tem fins lucrativos objetiva dar assistência e amparo aos idosos, principalmente os mais carentes, de ambos os sexos, independentemente de credo, cor, naturalidade ou filiação partidária.

Sua manutenção será feita através de contribuições espontâneas, doações ou subvenções de órgãos públicos em geral.

O Município de Teixeira Soares já reconheceu a sua inegável valia, tanto assim que, através da Lei Municipal n.^o 575, de 26/06/81, publicada no Diário Oficial do Estado de 04/08/81, atribuiu-lhe o caráter de utilidade pública.

Necessário se faz que o Estado reconheça também sua condição, a fim de que a dita associação possa melhor atender à sua filantrópica finalidade.

Propomos, portanto, o presente projeto aos nobres Srs. Deputados, para que o mesmo venha a ser transformado em lei.

PROJETO DE LEI N.^o 77/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA GUSSO E JARDIM PARANÁ", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, de acordo com a documentação anexa, satisfaz plenamente as exigências da Lei n.^o 6994, de 10 de janeiro de 1978, visto que suas finalidades são de filantropia e benemerência.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Estamos chegando do Rio de Janeiro, onde pudemos presenciar a maior manifestação cívica que este País já assistiu, quando mais de um milhão de pessoas compareceram à Candelária para exigir o legítimo direito do povo de eleger o Presidente da República. Já.

Foi a apoteose das manifestações neste País.

Manifestações pelas eleições diretas que teve início em Curitiba, onde mais de 50 mil cidadãos de Curitiba deram a arrancada para a exigência da devolução do Brasil aos brasileiros.

Não há dúvida nenhuma que existe um outro Brasil após esta manifestação do Rio de Janeiro, porque, definitivamente, ficou contado na História deste País a vontade popular.

E não é possível a Minoria que governa este País, de forma ilegítima, se mostrar surda ao grito do povo.

Não é possível a Minoria que governa este País não enxergar, e se mostrar cega a um grande encontro como este, no Rio de Janeiro.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação está cansada deste interminável "passa" de presidenciáveis, que defendem única e exclusivamente a sua condição particular, sem ver, sem ouvir, sem sentir demonstração do povo brasileiro, que quer a devolução dos destinos deste País.

O espúrio Colégio Eleitoral está sepultado e o povo está enterrando, e neste dia 25, 25 de abril, o Colégio Eleitoral votará a Emenda Dante de Oliveira.

Mais de 70 Deputados do PDS já se prontificaram a votar a favor da Emenda Dante de Oliveira, e aqueles que votarem contra o povo serão julgados por este mesmo povo. E aqueles que hoje estão no Congresso Nacional pelo voto do povo, terão que respeitar esse mesmo povo, porque a eleição direta já, está acima dos partidos; está acima das lideranças eventuais; está à frente dos partidos, e o povo, hoje, no Brasil, entende a linguagem da dignidade, da legitimidade, da coerência política e do patriotismo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, juntamente com o Deputado Valmor Giavarina, que representou a Bancada do PMDB naquele encontro, pudemos confirmar que o Brasil, após esse grande encontro no Rio de Janeiro, é outro Brasil; é o Brasil da dignidade e da vontade popular.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sua Excelência o nobre Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes, o nobre Deputado Paulo Furiatti, na defesa das eleições diretas, chamou à discussão o nosso Partido, chamou à discussão o PDS. Então nos dá isso o direito também de nos intrometermos na economia doméstica do PMDB.

Tem um adágio popular que diz: "Faça o que eu digo mas não faça o que eu faço".

Nós vimos, na Legislatura passada, quase que a unanimidade da Bancada do PMDB assomar à tribuna desta Casa e criticar, de forma violenta, o Governo Ney Braga, por duas coisas: excessivos gastos na divulgação dos atos do governo e corrupção, principal principalmente no DETRAN e CIRETRANS. E esta

semana, Sr. Presidente, o Paraná estarecido leu o jornal "O Globo", e lá deparou com seis, sete ou oito folhas de publicidade, de pseudas obras do Governo José Richa.

E ficamos então a imaginar o custo daquela publicação. Como é que o Governo do PMDB tem dinheiro para gastar em publicações dessa natureza, e alega não ter recursos para atender aos celetistas do Estado?

E no setor da corrupção do DETRAN e CIRETRANS nós assistimos também estarecidos, uma funcionária confessar a sua culpabilidade na corrupção de uma CIRETRAN, fato esse já abordado nesta tribuna pelo nobre Deputado Antônio Belinati. E não vimos, estranhamente, não vimos nenhum Deputado do PMDB, principalmente de Londrina, fazer qualquer menção ao episódio.

Então, é aquela história: "faça o que eu digo mas não faça o que eu faço". Os homens mostram sua verdadeira face quando estão com o poder na mão, e é o que está acontecendo com o PMDB no Paraná.

Vejam o nobre Deputado Tadeu França: tem sido arauto das renovações. É uma questão de economia doméstica, mas vimos a luta travada dentro do PMDB pela indicação da liderança da bancada. A tese do Deputado Tadeu França era de renovação da sua bancada.

O Deputado Tadeu França sempre condenou os casuísmos, os continuísmos na função pública. E vejamos a incoerência desse Sr. Deputado: apresenta à consideração da Casa o Projeto de Lei 36/84, que modifica o art. 33, da Lei Complementar n.º 02, um parágrafo na Legislatura iniciada, a primeiro de fevereiro de 83; o mandato da Mesa será de três anos, quer dizer, uma nova prorrogação, prorrogando o mandato das Mesas das Câmaras Municipais. Quanta incoerência, quanta hipocrisia e quanta falsidade.

E não se alega na justificativa, que apenas por esta Legislatura, porque o mandato dos Srs. Prefeitos e Vereadores das Câmaras do Interior e mesmo da Capital, foram prorrogados, foram fixados para seis anos.

É um argumento infantil, pois não precisa prorrogar o mandato das atuais Mesas, apenas far-se-ão três eleições no período de seis anos.

Sr. Presidente, eu votarei contrariamente a este projeto, porque ele fere a essência da democracia. É um projeto prorrogacionista, estranhamente apresentado por um Deputado que tem feito da sua tribuna as mais severas críticas à não renovação de governos, de Prefeituras, principalmente daquelas das áreas de Segurança Nacional, e iniciou um movimento muito grande dentro da sua bancada, para que houvesse renovação do problema da liderança.

Entretanto, é aquilo que eu digo: "faça o que eu digo mas não faça o que eu faço". Vem com um projeto de lei prorrogar o mandato das Câmaras Municipais do Paraná: Onde está a sinceridade? Onde a sua convicção pelas teses que sempre defende? Isso contraria tudo aquilo que o PMDB pregava e vem pregando nesta Casa. Contraria até mesmo o discurso feito há poucos instantes pelo nobre Deputado Paulo Furiatti.

Eu daria tudo, todas as teses de serem levantadas e defendidas, não só aqui no Paraná, mas no País, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, eram estas as palavras que eu

tinha a proferir.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero registrar e pedir a transcrição nos Anais da Casa, do Editorial de 11 de abril de 1984, do jornal "O Paraná". O editorial é o seguinte: (Lê): "O DENTEL e o seu todo-poderoso Coronel, Sr. que reina nas comunicações do Paraná, estaria impedindo o Deputado Roberto Requião de levar a sua mensagem pelas diretas ao ar, em emissoras de rádios de Curitiba. O grito é do próprio Parlamentar que chega a acusar o seu colega e radialista Ervin Bonkoski, de ter um conluio com os homens do famoso departamento."

Lembro do Coronel Osvaldo Bianco, em plena campanha cívica do governo Paulo Pimentel, quando era membro de um grupo duro, que se reunia na Secretaria do Interior e Justiça, sobre a inspiração e a liderança do então Secretário, Desembargador Lauro Fabrício de Mello; era a própria Revolução em marcha, dentro da Secretaria.

E um poder de aço emanava daquelas reuniões, daqueles verdadeiros donos de um poder inquebrantável. A nomeação para o DENTEL abrandou o Coronel. Ele então se tornou homem sociável, freqüentador assíduo das colunas mais generosas, das amenidades paranaenses; presidente de honra das reuniões das emissoras de rádios que, astuciosamente, ele soube localizar nas mais diversas regiões do Estado.

Sr. Presidente, a ação do heróico Deputado, proprietário da Rádio Colombo, Ervin Bonkoski, mandando um material pelas eleições diretas para o exame do DENTEL.

A pressão do DENTEL sobre as agências de publicidade fez com que a Antena 1 retirasse do ar a mensagem de minha autoria pelas diretas. Fez com que a Rádio Atalaia pretendesse estabelecer uma censura, exigindo a mudança do texto, retirando, também do ar, a mensagem pelas diretas.

O mesmo tem feito algumas emissoras de rádio.

Quero registrar, no entanto, ao lado do protesto contra o DENTEL, a atitude lisa e democrática de verdadeiras emissoras concessionárias do serviço público de informações, que não acataram a interferência calhorda do Sargento Bianco, e a pretensão descabida desse falso peemedebista, Deputado Ervin Bonkoski, que mantiveram no ar as mensagens pelas eleições diretas, dando conseqüência às aspirações nacionais e ao direito desse Deputado, de colocar a sua opinião em meios que insisto, são concessão do serviço público de informações.

Quero registrar a atitude corajosa da Rádio Caiobá, e da Rádio Ouro Verde, do mesmo grupo, que desafiando às injunções, atropelando as pretensões dos autoritários, colocaram no ar a mensagem pelas eleições diretas.

Estou encaminhando à Mesa, ao lado do requerimento de inscrição nos Anais desta Assembléia, do Editorial do Paraná, um requerimento louvando a atitude das duas rádios que entendem a função e prestam, realmente, um serviço público de informação.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ao entregar a centésima milésima ligação de eletrificação rural da COPEL, o Governo Democrático do Paraná resgata uma dívida história do Estado com o produtor agrícola do interior, especialmente com os pequenos e médios agricultores, que apesar de responsáveis pelo grosso de nossa produção, tiveram sempre a distanciar os da energia elétrica os altos custos das instalações e, principalmente, a falta de interesse de Governos passados em fazer chegar até eles, os benefícios deste verdadeiro insumo básico.

Cúmplices de uma desumana política de concentração da propriedade das terras a nível nacional, voltada para o favorecimento de um punhado de grandes proprietários em detrimento da expulsão de milhares de famílias de seu "habitat" natural, o campo, para muitos governos anteriores pouco interessava levar energia elétrica ao pequeno produtor rural. E milhares de agricultores, sem acesso à energia, não tiveram condições de beneficiar sua safra, vendida a preços mais baixos. Sem energia, acabou longe das informações que pudessem despertá-lo para a possibilidade de aumento de sua produtividade e de seus lucros caso se preparasse para a comercialização. E assim perdiam os pequenos, mas maiores seriam os lucros dos grandes grupos de intermediários e multinacionais exportadoras. E assim, mais facilmente se inviabilizariam as pequenas propriedades enquanto unidade produtiva economicamente sadia e forte. Mais fácil seria, portanto, aos grandes grupos, adquirirem sua propriedade e transformá-la em pastos, grandes extensões mecanizadas voltadas exclusivamente para a exportação ou simplesmente cercá-la e tornarem-na objeto de especulação imobiliária.

Por ações ou por omissões, se isto não seguia um plano previamente determinado, eram exatamente estes alguns dos resultados da política de eletrificação rural de governos anteriores e da Política Agrícola Anti-povo do Governo Federal. E isto se traduzia em números, Srs. Deputados: há dois anos atrás, uma ligação de eletrificação rural custava mais do dobro, em média, do que hoje. Até o ano de 1975, apenas 2,9 por cento das propriedades rurais do Estado tinham eletrificação e o crescimento desse índice, à razão média de 9.700 ligações por ano, significava que levaríamos 32 anos para atingir o índice de, por exemplo, 70 por cento das propriedades eletrificadas que hoje existem no vizinho Estado de Santa Catarina.

E como classificar esta omissão, Srs. Deputados, senão pelo desinteresse e até conivência com a funesta política agrícola do Governo Federal, de expulsar os pequenos proprietários?

Mas se os custos elevados funcionavam como uma espécie de "barreira" para evitar o acesso dos pequenos e médios proprietários à eletrificação rural, como justificar estes custos, incompatíveis com o meio rural, com a realidade de nosso produtor?

Aí entravam os argumentos "técnicos" incontestáveis e irrecorríveis: a segurança, a complexidade, a necessidade de prever-se a expansão dos sistemas,

tudo era alegado para manter um padrão tecnológico sofisticado irreal e perdulário. Superdimensionados, mas nem por isso tão mais seguros e eficientes, os padrões construtivos de nossas linhas de eletrificação rural eram como "dogmas": verdades absolutas, sobre as quais não cabiam sequer discussões.

E é neste ponto, Srs. Deputados, que se evidencia, que se torna clara, cristalina, a inegável relação que existe e sempre existirá entre política e tecnologia. Da mesma forma que uma política não se viabiliza sem uma tradução técnica, não existe tecnologia pura, sem um outro caráter político. E para comprovar esta afirmação, Srs. Deputados, para mostrar como é a proposta política que determina a tecnologia a ser aplicada, está o fato de que as simplificações dos padrões construtivos, levadas a efeito pela nossa COPEL, por determinação e esforços do Governo do Estado, através da Secretaria do Interior há muito eram estudadas pelos técnicos da empresa, e que estes, fundamentalmente, são os mesmos que serviram em governos anteriores. O que ocorria é que, naquele tempo, falar em simplificar, em mudar padrão, não só era fora de moda, como até mesmo arriscado, a insensibilidade dos dirigentes ante as dificuldades do homem do campo mais uma certa dose de tecnocracia, faziam do passado recente governos que contrairam grandes dívidas sociais que nós, do PMDB, estamos começando a pagar

Toledo está de parabéns. É significativo que nesta cidade, hoje exemplo para o Brasil em tantos campos, o Governo Democrático do Paraná instale seu centésimo milésimo consumidor de energia elétrica no meio rural. Esperamos que também nesse campo o exemplo frutifique, que seja seguido por outros Estados da Federação. Se não por seus governos, pela sua população, que mais ainda que a nossa, deve ressentir-se da falta de energia para desenvolver sua economia, para libertar-se cultural, econômica e politicamente dos "Coronéis", que no interior fazem do monopólio das benesses do Estado, forma de perpetuar sua dominação funesta.

E para citar números significativos, Srs. Deputados, relaciono a seguir o índice de propriedades eletrificadas nos Estados do Nordeste, que o Governo Federal diz proteger e alguns "presidenciais" têm como "curral eleitoral":

CEARÁ	6,4%
PERNAMBUCO	5,22%
PARAÍBA	2,5%
MARANHÃO	0,5%

Atingimos a marca de 100 mil ligações rurais em nosso Estado. É uma meta importante, pois significa mais de 23 por cento do número total de propriedades rurais. São mais de 20 mil novas ligações só em um ano de Governo José Richa e mais 25 mil estão programadas para este ano. É a visão social que faltava à COPEL, porque faltava ao governo do PDS.

Por isso, mais do que um número, este marco de 100 mil ligações assinala a vigência de um novo tempo no Paraná, de uma nova maneira de entender a participação do Estado no desenvolvimento rural. Um tempo onde não se fazem programas para aplicar materiais ou serviços de fornecedores apadrinhados mas onde o Estado estimula seus técnicos, suas empresas e a iniciativa privada, para desenvolverem, continuamente, melhores e mais baratos materiais para aplicar em projetos e programas, com os quais o Governo

comprometeu-se com a maioria da população que hoje escolheu.

Eis a diferença, Srs. Deputados, a sutil, mas clara diferença entre um governo eleito pelo povo e um governo escolhido pelo arbítrio, para favorecer meia dúzia de apaniguados, enquanto implanta uma política antipopular e antinacional".

Está de parabéns, portanto, a cidade de Toledo, como também o Sr. Gregório, a Dona Ana, proprietários da centésima milésima propriedade rural eletrificada pela COPEL.

Mas também não poderíamos deixar de lado a COPEL, que também entendeu a necessidade do produtor rural de ter um custo mais baixo para sua ligação e, acima de tudo, so parabéns ao Governo José Richa e ao nosso Partido, que realmente está cumprindo uma das suas promessas de campanha, iniciando o pagamento da grande dívida social que temos para com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso de seu horário.

Por quinze minutos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Administrar investimentos deveria ser a meta de todo e qualquer governo que se propõe caminhar dentro das necessidades sociais de uma comunidade.

Entretanto, os desmandos acumulados no passado, projetados a maior pelo casamento com a inflação, redundam sempre na necessidade premente de se aprender a administrar dívidas.

Tal fato não constitui novidade.

No passado, segundo pesquisas de Antony Sampson, jornalista econômico inglês, as coisas já se comportavam da mesma maneira. Cita o renomado jornalista que tudo começou por volta de 1300, quando o Rei Eduardo, o III da Inglaterra, decidiu suspender os serviços da dívida, levando os banqueiros Bardi e Peruzzi à quebra total.

Daí para frente, os banqueiros sempre se viram em apuros, toda vez que emprestavam demais a países ou regiões em desenvolvimento.

A história registra casos de quebras financeiras no Canadá, Turquia, Rússia, Egito e Estados Unidos.

Parece incrível, mas até hoje, existe em Londres um Comitê de Credores do Estado da Pensilvânia, tentando recuperar parte dos fundos perdidos na compra de títulos desse Estado norte-americano.

Este comitê originou-se da quebra de vários banqueiros europeus que, no século passado, financiaram diversos estados norte-americanos.

Estes Estados, por sua vez, baseados nos efeitos dos golpes que deram no passado, já então fortalecidos financeira e economicamente pelos débitos não pagos, mas perfeitamente aplicados, e que redundaram em estável economia, passaram de devedores a credores. E começaram a emprestar dinheiro, chegando mesmo a financiar programas que, no passado, os haviam financiado.

Todavia, criaram sistemas que os impedissem de incorrer no mesmo erro de seus credores no passado.

Surgiu, então, o FMI. No começo, como financiador, depois, no decorrer do tempo, como "fiscal" das aplicações

dos bancos internacionais. Assim surgiu a figura do administrador da dívida.

Na realidade, o FMI administra a dívida dos devedores, para os credores, na garantia de que o pagamento seja manso e pacífico. A forma como o faz já é de conhecimento de todos os povos que acabaram por cair na armadilha financeira montada pelo capital vadio internacional.

Entretanto, os ensinamentos que o FMI tenta dar ao mundo, de como administrar a dívida, se fixam na ótica do credor, ou seja, menor aplicação de dinheiro no serviço público de base, retenção de crédito ao desenvolvimento agrícola, eliminação dos subsídios aos produtos básicos de consumo popular, altas taxas de juros no mercado interno, e várias outras medidas, desde que não atinjam atividades onde empresas multinacionais atuam com a venda de equipamentos ou de tecnologia, como Itaipu, Usinas nucleares, Carajás, financiamento, política agrícola com defensivos químicos, etc.

Na verdade, esses ensinamentos foram muito bem assimilados por nossos administradores, cuja cópia e semelhança são tão autênticos que não mais nos surpreendemos quando as notícias econômicas do Brasil nos são divulgadas de Nova Iorque, Londres, Paris, ou até mesmo das Bermudas, ao invés de saírem dos meios de comunicação da Capital Federal do Brasil.

Porém, temos que observar qual a melhor política para se administrar uma dívida. Na realidade, é fundamental que o negociador do devedor seja representante de um poder forte, devidamente legitimado pela opinião pública interna, pois só assim, conseguirá manter uma posição firme nas negociações com o sistema financeiro internacional.

No Brasil, falta legitimidade aos negociadores, pois são bilros de uma administração ilegítima.

Somente para finalizar, poderíamos aconselhar ao Governo Federal estudar a adoção de alguns posicionamentos, como: ter o mesmo comportamento que o Rei Eduardo III da Inglaterra, em 1.300, ao suspender os serviços da dívida; ter o mesmo comportamento que os Estados Unidos, no século XIX, não pagando os credores; montar um programa governamental na cópia da "doutrina Monroe" - "Brasil para os brasileiros" como foi a América para os americanos ou propor ao Tribunal de Haia a figura penal do crime de usura e processar todos os agiotas internacionais, seguindo as mesmas processualísticas aplicadas nos tribunais de guerra, como foi o caso do Tribunal de Nuremberg.

E, por final, podendo até parecer uma incongruência, oferecer uma comenda, das mais honrosas, ao FMI, por ter conseguido provar, ao mundo inteiro em primeiro lugar, e depois aos brasileiros, que os nossos ministros econômicos são uns incompetentes.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do seu horário.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Falará o nobre Deputado

Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra, no horário da Liderança do PDS, o Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Presenciamos hoje no Paraná, como de resto no País, o desestímulo à produção de alimentos para consumo interno, fato que vem gerando novas dificuldades à população brasileira, submetida à vicissitudes de toda sorte, num quadro em que predominam a angústia, a incerteza e os renovados problemas decorrentes do baixo poder aquisitivo, da maioria da nossa população, que começa a ver rondar os seus lares, o fantasma da fome e da miséria.

Tudo isso agravado pela conjuntura recessiva na qual sobressai o desesperador índice inflacionário superior a 200 por cento num ano.

Como resultado do modelo econômico penalizador que nos foi imposto pelo Fundo Monetário Internacional, é triste e envergonhante constatar o gradativo empobrecimento da população brasileira, vivendo marginalizada num País de grandes potencialidades econômicas e enormes riquezas naturais. É paradoxal que, vivendo num País assim, milhões de brasileiros estejam famintos. Porém, é justo reconhecer que essa situação decorre, em boa parte, da omissão do Poder Público na implementação de planos capazes de explorar as nossas potencialidades, e atender necessidades básicas dos brasileiros, principalmente na área de alimentação.

Exemplo dessas minhas afirmações, temos no Paraná a dramática situação dos nossos municípios litorâneos e das suas populações, para os quais desejo chamar a atenção dos nossos governantes, e espero sensibilizá-los para uma atuação eficaz, ao discorrer nesta oportunidade, sobre a viabilidade de projetos que poderão representar o alvorecer de uma nova era de progresso e desenvolvimento do nosso Litoral, região que temos a honra de representar nesta Assembleia, pela outorga do quinto mandato consecutivo que nos foi conferido pelo bravo povo do litoral paranaense, do qual muito nos orgulhamos.

Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados: Vossas Excelências são testemunhas das nossas constantes manifestações sobre as potencialidades do litoral paranaense, principalmente as pesqueiras que, há anos, vêm despertando a cobiça de empresas sediadas em outros Estados. Temos, repetidas vezes, denunciado nesta tribuna e por intermédio dos veículos de comunicação social, a invasão de nossas águas por embarcações piratas que, apesar da fiscalização, vem se sucedendo em escala crescente a cada ano. Pela ação predatória e constante desses barcos invasores de nossas águas, os pescadores paranaenses passaram a sobreviver em condições precárias, porque o principal produto da sua atividade que são o peixe e o camarão, estão diminuindo nas baías de Paranaguá.

A natureza não pode ser explorada de maneira predatória. É preciso compensá-la para que esta dê o retorno ao homem.

Com quinhentos quilômetros quadrados, o conjunto das nossas baías marítimas se constituem num dos maiores mananciais próprios para a exploração da maricultura. Outro fator preponderante é que as águas do nosso litoral ainda estão, praticamente,

isentas de poluição.

Hoje aproximadamente quatro mil famílias vivem, exclusivamente, da pesca artesanal na área de influência de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba. Caso se propicie o aumento da produção de camarão e de peixe, o nível de vida dessa população poderá melhorar significativamente, ao mesmo tempo em que se abrirá um novo campo, para se resolver o problema de mão-de-obra.

O governo do Estado já possui estudos e levantamentos dos ciclos biológicos das águas litorâneas. Existe, inclusive, um trabalho realizado durante quase dois anos, desses ciclos, das condições de salinidade, temperatura, correntes marítimas, poluição, e outros dados técnicos para se implantar projetos de desenvolvimento da pesca. Também existem estudos para a implantação de uma Estação de Carcinicultura na Baía de Paranaguá. Essa estação objetiva a criação de post-larvas de camarão visando o repovoamento da baía. O custo desse empreendimento é relativamente barato ao se considerar o seu alcance social.

Algumas tentativas já foram realizadas no litoral, embora sem resultados satisfatórios. Sob orientação da EMATER foram construídas algumas unidades de conservação de cultivo de camarões. Esses viveiros, não foram expandidos em todo litoral como era o esperado. A ausência de incentivos financeiros e pesquisa básica contribuíram para a falta de motivação desse programa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É fácil avaliar a potencialidade que o litoral oferece. Mas, para esclarecer, gostaria de lembrar alguns fatores adversos: o camarão legítimo pelo instinto de proteção, aos predadores existentes em mar aberto, nada dezenas de quilômetros, ajudado pelas correntezas, em direção aos estuários, onde permanece aproximadamente seis meses até completar a sua fase adulta, regressando em seguida ao oceano. Durante essa migração, fatores diversos concorrem para a mortalidade do camarão, chegando a um índice médio de 95 por cento.

Nas baías paranaenses, a entrada de post-larvas de camarões no período de dezembro a março, beneficiará os pescadores que moram no interior das baías, que, por não terem condições de pescar em mar aberto, devido a distância e a embarcações precárias, sobrevivem quase exclusivamente da pesca de camarão.

Com o aumento das populações pesqueiras e o incremento de embarcações motorizadas no interior da baía, a produção, por pescador, tem diminuído, levando-se em consideração que até o momento nada foi realizado de prático para aumentar o estoque pesqueiro dessa espécie.

Com a implantação da Estação de Carcinocultura poder-se-ia numa primeira etapa, repovoar, anualmente, as baías com sete milhões de post-larvas de camarão, equivalendo a uma suplementação de 105 toneladas desse produto em fase adulta. Considerando-se um índice de captura em torno de 30 por cento da população introduzida, serão produzidos 31 toneladas, equivalendo a um aumento na produção paranaense de 13 por cento. Isto apenas inicialmente.

Também com o repovoamento escalonado será possível capturar o camarão durante o ano inteiro, pois atualmente é realizado no período de abril a agosto.

Esse repovoamento é necessário e urgente. A

captura de crustáceos não suporta mais embarcações pois o estoque natural está limitado. Na captura do camarão verifica-se que houve um aumento de produção, em decorrência do aumento do número de embarcações. Porém, em contrapartida a produtividade declinou. Os barcos precisam operar mais tempo para atingir a produtividade desejada, e como consequência, os custos se elevam e os lucros, cada vez, são mais inferiores.

A tecnologia para se desenvolver a criação de camarão já existe e é de fácil acesso. No Japão essa atividade vem sendo desenvolvida há dezenas de anos e outros países introduziram a mesma técnica, como por exemplo os Estados Unidos. Em algumas partes do Brasil, principalmente no Nordeste já se cria camarão, inclusive em cativeiro. Essa seria uma outra opção: desenvolver a criação de camarão em escala industrial. Mesmo com a atividade industrial haveria maior demanda de mão-de-obra no litoral paranaense. Mas para se desenvolver a atividade do repovoamento das baías, que beneficiaram milhares de caícaras, ou industrial que abriria uma nova perspectiva para o litoral, há necessidade de se implantar, antes de tudo uma estação para a produção em grande escala de post-larvas de camarão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governo do Estado já tem pesquisa sobre o assunto. A SUREHMA realizou vários levantamentos e concluiu pela necessidade de uma Estação de Carcinicultura. A custos de 1981 estava orçada em 17 milhões de cruzeiros. Mesmo com as correções devidas, nota-se que é um investimento pequeno para os desdobramentos sociais e ecológicos que propiciará.

A propósito, muito tem se falado em proteção ambiental neste Estado. Quero lembrar aqui, que para o desenvolvimento das espécies marinhas, principalmente camarão e peixes, é fundamental a preservação dos manguezais. Nesse sentido, faço um apelo ao Governador José Richa para que determine a fiscalização dos manguezais paranaenses que farão parte da Estação Ecológica de Guaraqueçaba. Essa estação já foi criada por decreto do Presidente Figueiredo e estão em tramitação entendimentos para que o governo do Estado proceda a fiscalização das áreas delimitadas, evitando-se a sua depredação. Essas áreas, além do aspecto puramente ecológico tem importância fundamental, na economia da região. Como se constata, nobres Senhores Deputados, impõe-se que medidas complementares continuem sendo implementadas no âmbito dos diversos órgãos da administração estadual, a fim de que os trabalhos desenvolvidos até agora, especialmente pela SUREHMA, não sofram solução de continuidade, mas, isto sim, sejam efetivamente apoiados e ampliados para que as áreas compreendidas pelas baías de Paranaguá, de Antonina, das Laranjeiras e de Guaraqueçaba tenham a sua potencialidade explorada para incrementar o cultivo de peixes, ostras e camarões, criando-se, dessa forma, novas e importantes fontes de suprimento de alimentos ricos em valor protéico, tão necessárias às populações paranaenses e brasileiras, além de se promover o apoio imprescindível aos atuais trabalhadores do nosso litoral, e à criação de novas oportunidades de trabalho, medida de alta relevância social e que está a exigir uma decisiva atuação governamental, para que possamos, com firmeza, enfrentar a grave conjuntura adversa que se apresenta no momento, face às circunstâncias criadas por uma economia mundial recessiva”

O SR. MARIO PEREIRA — O Senhor permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Eu quero inicialmente cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento a respeito de tão importante atividade econômica, com tão grande reflexo social, como é o incentivo da pesca no litoral paranaense.

Eu, que sou nascido numa região litorânea do Estado de Santa Catarina, sinto que o pescador sempre foi um elemento explorado e que apesar do seu trabalho diário, nunca viu esse trabalho revertido em recurso que pudesse dar um sustento digno à sua família, apesar de que ainda se a miséria no litoral é menor do que no interior, porque se temos no interior grandes latifúndios que paralelamente são as grandes empresas pesqueiras do litoral, se temos o pequeno agricultor, que paralelamente no litoral temos o pequeno pescador com embarcação, não temos paralelo no bóia-fria no litoral porque basta ter uma linha e um anzol e o mar não foi ainda loteado e ele pode pelo menos retirar o seu sustento.

Eu vejo a sua preocupação nobre Deputado que representa juntamente com o Deputado Nestor Baptista aquela importante região do Estado e gostaria diante da sua preocupação de fazer uma sugestão de que se mobilizassem os pescadores do litoral paranaense no sentido de, para poderem enfrentar as empresas pesqueiras que exploram há anos os pescadores, que se fosse feito um movimento para criação de uma cooperativa de produção pesqueira, agrupando todos os pescadores do litoral paranaense, que na minha região de Cascavel, há 15 anos atrás, os agricultores estavam nas mãos das multinacionais, inteiramente desassistidos. Hoje somente as cooperativas que têm capacidade de enfrentamento junto às multinacionais, eu acho que a sua preocupação é importante e que através de vossa atuação possa ser iniciado um movimento da criação de uma cooperativa que possa daqui há dez anos transformar numa outra realidade a vida dos pescadores do litoral paranaense.

O SR. NELSON BUFFARA — Eminentíssimo Deputado, Vossa

Excelência com conhecimento de causa, por ser de uma região litorânea, me dá um aparte de elevada importância. E eu quero cumprimentá-lo. Aceito a sua sugestão, não obstante existir em Paranaguá algumas cooperativas e elas funcionam precariamente. A intenção do Deputado é nobre, eu o felicito, aceito a sua sugestão e a incorporo no meu pronunciamento, disse bem Vossa Excelência. Portanto, eu agradeço o consubstanciado aparte que Vossa Excelência me deu com bastante teor, com bastante probidade, bastante eficiente.

Muito obrigado.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELSON BUFFARA — Com o aparte, do Deputado

Ezequias Losso, que representa a região de Guaraqueçaba; é o Deputado da região — e que é o município que eu também abordo neste meu pronunciamento, para que possamos juntos, quem sabe, todos nós, encontrarmos uma solução viável para este problema que eu reputo da mais alta seriedade.

O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado Nelson Buffara. Acompanho com muita atenção o pronunciamento de Vossa Excelência e em meu nome pessoal e em nome da Bancada do PDS, desejo externar os cumprimentos pela feliz iniciativa, em trazer à discussão, este problema que está afetando a coletividade que vive e trabalha no litoral do nosso Estado.

Realmente, há necessidade de se reconhecer a potencialidade do nosso litoral. Houve esta criação, já há alguns anos, deste posto, com objetivo de traçar um programa definido, para a criação de camarões, como muito bem falou. Vossa Excelência perfeitamente viável, tendo em vista exemplos colhidos em outros países, mas entretanto não tem havido uma atuação governamental mais decisiva, para que este assunto seja devidamente equacionado. Parabéns Vossa Excelência, quero fazer, como representante da parcela do povo de Guaraqueçaba, das suas palavras, permita-me, também as minhas. E esse apelo ao Sr. Governador, também o meu apelo, o apelo do povo de Guaraqueçaba, município no qual Vossa Excelência também conta com um excelente e representativo número de correligionários e amigos.

E finalmente quero, nobre Deputado, dizer do nosso reconhecimento, pelo seu brilhante trabalho, no sentido de que as causas paranistas, notadamente essas, do litoral do Estado do Paraná, sejam atendidas com toda a atenção, por quem de direito. Porque enfim, é através do proporcionar condições para a realização de trabalho, que poderemos encontrar a redenção daquela região, que ainda é muito carente, do nosso Estado.

Muito obrigado pela oportunidade que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte, nobre

Deputado Ezequias Losso. E realmente a carência da região litorânea, é conhecida de todos os senhores Deputados que lá fazem política, que lá estão buscando votos. É preciso que então haja um trabalho de todos os Deputados com representatividade no litoral e que com certeza, o trabalho que será somado ao dos demais Deputados desta Casa, para que possamos minorar o sofrimento, a angústia daquele povo. Eles pescam hoje, para comer ontem, praticamente. É um povo faminto, é um povo miserável. Os nossos ilhéus, a população ribeirinha, vive numa miséria que somente vendo, para acreditar, o alto grau de miserabilidade em que vive aquelas populações.

Este nosso trabalho não tem outro objetivo, não tem outra finalidade, a não ser de nós encontrarmos juntos, eu nunca gostei de falar no singular. Eu pluralizo o meu discurso. Eu quero o apoio dos Senhores Deputados, para que o Senhor Governador José Richa tenha conhecimento do problema. É mais fácil ele atender um apelo da bancada do PMDB que representa o litoral, do que atender uma sugestão deste Deputado do PDS que lhe faz oposição.

Então, eu acho de capital importância, é imperativo que todos nós possamos levar o nosso estilo, a nossa sensibilidade de homens públicos, para que esse povo não pereça. Mas, perecendo ele perecerá morrendo de fome, porque, tal o grau de miséria que vivem estas populações ribeirinhas de nosso Estado.

Ao fazer este apelo ao Senhor Governador José Richa, eu dizia da importância de que se ele não se sensibilizar com o nosso apelo, de nada vale o nosso trabalho.

E eu creio que ele irá se sensibilizar, porque nós teremos o apoio dos Deputados que conseguem votos naquela região e que têm compromisso com o litoral, portanto.

Esse Deputado do PMDB, o Deputado Nestor Baptista, que preside os trabalhos nesta Casa nesta tarde, a ele também esse discurso é dirigido, para que ele tome conhecimento e se entender que seja

de importância, leve ao Senhor Governador José Richa, que com certeza atenderá o apelo dos Deputados.

Mas continuando, eu dizia que, (Lê):

“O momento é de crise, devemos reconhecer, porém, com esforço e soluções criativas, voltadas para a nossa realidade mais próxima, como a exploração de nossas potencialidades de riquezas estuarinas, haveremos de contribuir para minimizar os problemas que nos afligem, e encaminhar questões cujas soluções constituem um verdadeiro desafio a todos aqueles que fizeram da causa pública o bem maior do objetivo que perseguem e a grande força que impulsiona toda a sua atividade. Tenho certeza, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, de que à minha disposição de lutar nesse sentido, somar-se-ão a elevada compreensão e desejo dos membros desta Assembléia de contribuir para o desenvolvimento econômico do litoral paranaense. Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Diante do exposto, e considerando que a Comissão de Ecologia desta Casa vai analisar o programa de estímulo à pesca do litoral paranaense; e, da implantação do terminal pesqueiro de Pontal do Sul, em convênio com a Sudepe, solicito que estas contribuições sejam levadas para a análise naquela Comissão, com cópia para a Secretaria da Agricultura. Quero lembrar da oportunidade dessas reivindicações que hoje faço: a natureza não pode ser explorada de forma predatória; é preciso repor aquilo que se tira dela para que todos sejamos beneficiados”.

Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu creio que ainda deixei um tempo ao Deputado Ezequias Losso para que ele possa fazer o seu discurso.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Restam, sete minutos no horário da Liderança do PDS.

Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados.

No último dia 15 de fevereiro, foi celebrado em Brasília, um importante convênio entre o Ministério dos Transportes, o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, a Secretaria do Estado do Planejamento, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, a COMEC, e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC, objetivando a execução de projetos, obras e serviços de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes coletivos públicos em áreas onde residem populações de baixa renda.

Esta notícia oficial, transmitida a esta Casa de Leis é consubstanciada na Mensagem nº 91/84, pela qual o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado pede aprovação desta Assembléia Legislativa ao tratado, a cláusula geral nº 1.6 do Convênio, estabelece que a execução do Projeto do objeto deste Convênio deverá gerar benefícios a serem necessariamente repassados aos usuários do sistema de Transporte Coletivo Urbano, sob a forma de redução ou contenção dos níveis tarifários; por outro lado a cláusula 1.10 que as entidades convenientes desenvolverão programas específicos que assegurem aos deficientes de locomoção, maiores facilidades para o uso dos transportes públicos e do sistema viário.

A execução do projeto se fará com a aplicação dos recursos originários da União e do Estado do Paraná. Participará o Governo Federal através do EBTU com a elevada soma de um bilhão, quatrocentos e cinquenta e sete milhões e novecentos e vinte mil cruzeiros, sendo que, desses setecentos milhões e setecentos e vinte mil cruzeiros, a título não reembolsável, isto é a fundo perdido.

Ganha assim, senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa cidade de Curitiba vultuosa soma para equacionar importantes problemas que afetam a coletividade.

Não se diga, portanto que o Governo Federal tenha deixado de atender os interesses do povo de Curitiba por que o Prefeito seja filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, por questão de Justiça, todos os que buscam orientação no bom senso, devem reconhecer o esforço do Partido Democrático Social, do PDS, para que os assuntos de interesse coletivo tenham o melhor tratamento com reais soluções que possam proporcionar bem-estar destinando-se para isso o que necessário se torna, como foi verificado através desse trabalho assinado com o Ministério dos Transportes. Deixo desta tribuna, e representando o povo de Curitiba, os meus cumprimentos aos que viabilizaram a assinatura deste Convênio e notadamente aos Senhores Deputados Federais que representam a cidade de Curitiba que certamente deram de seu tempo, dos seus esforços, dos seus talentos para a concretização de seu ideal. E dentro esses Deputados Federais, destaco aqueles que pertencem ao partido a que sou filiado - o PDS que não tem deixado de lado os interesses da sociedade curitibana enquanto realizam os seus trabalhos, cumprindo com a missão outorgada pelo povo que os elegeu em 15 de novembro de 1982.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução nº 02/71 abre prazo para oferecimento de emendas por três dias consecutivos, a contar do dia 16 do corrente mês, às proposições 94 e 95/84, propostas de Emenda à Constituição de autoria dos Senhores Deputados Rubens Bueno e Trajano Bastos, respectivamente.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído

aos Senhores Deputados:

01) 2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 21/82, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 32/82), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Quedas do Iguaçu, área de terras que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

02) 2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 28/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova Redação ao Art. 12 da Lei nº 4.335 de "20.01.61". (Funcionários Estatutários do Departamento da Imprensa Oficial do Estado - D.I.O.E.). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.R., por unanimidade.

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 28/83, por 30 dias, encaminhando-se cópia do mesmo do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidos estudos para a regulamentação da contagem proporcional de tempo de serviço, aos servidores que exercem atividades que possam ser consideradas perigosas, insalubres ou que estejam sujeitas a regime especial de aposentadoria. **Aprovado.**

03) 2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 215/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que denomina "ESCOLA ESTADUAL EURIDES CAVALCANTI TENÓRIO", Ensino de 1º Grau, a atual Escola Estadual Emile Durkheim, Ensino de 1º Grau, na cidade de Cruzeiro do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

04) 2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 218/83, de autoria de Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REVERENDO DARCY MIRANDA GONÇALVES - AMAS", com sede e foro na cidade de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

05) 2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 220/83, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública o "GRÊMIO DOS MORADORES DO PARQUE RESIDENCIAL FAZENDINHA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

06) 1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 110/83, (Mensagem nº 110/83 - ex-Proposição nº 105/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS", exercício de 1983. **Aprovado.**

07) 1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 113/83, (Mensagem nº 98/83 - ex-Proposição nº 98/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.07.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 114/83, (Mensagem nº 129/83 - ex-Proposição nº 129/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo Aditivo nº 01, de 1º/09/83, ao Convênio celebrado em 13/06/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior eo Município de Jardim Alegre, objetivando execução do "PRONOROESTE". - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sílvia Santos Lima Montes, ocorrido nesta Capital. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 135/83, que cria a Secretaria de Estado de Turismo. - **Aprovado. - À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Pereira, ocorrido nesta Capital. - **Aprovado. - À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, com apoioamento do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 52/84, que declara de utilidade pública a Fundação Aristides de Athayde. - **Aprovado. - À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto da Cafe do Paraná, no Município de Douradina. - **Aprovado. - À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma rodovia asfáltica ligando os Municípios de Altônia e Francisco Alves, passando pelas localidades de Jardim Paredão, em Altônia, e Vila Nilsa, no Município de Iporã. - **Aprovado. - À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão na programação de obras do DER, da pavimentação do trecho Nova Aurora-Palmitópolis, na extensão de 12 km. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão na programação de obras do DER, de pavimentação do trecho de Nova Aurora a Cafelândia do Oeste, na extensão de 11 km. - **Aprovado. - À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de postos de saúde no Distrito de São Vicente e nas localidades de São Geraldo e Taquarimbé, no Município de Araruna. -

Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo seja firmado convênio entre aquela Pasta e a Prefeitura Municipal de Iretama.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Liso, ligando os Municípios de Planalto e Pérola D'Oeste, na altura do km 43.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a implantação de nova sinalização na rodovia BR-369, compreendendo ligação entre os Municípios de Campo Mourão e Cascavel.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de um módulo policial para o Município de Araruna.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo seja destinada uma ambulância devidamente equipada, para atendimento através de convênio com a Prefeitura do Município de Roncador.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado pelo jornal Gazeta do Povo, sob o título "Ainda há o que reivindicar".— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo seja reformada a Escola Luzia Garcia Vilar, no Município de Barbosa Ferraz.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do INANPS, encarecendo o credenciamento de todos os hospitais, do Paraná, dando direito de opção aos segurados da previdência.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial intitulado "Estranho Poder", publicado no jornal "O Paraná".— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de moção às Rádios Caiobá e Ouro Verde, por terem ignorado as pressões do DENTEL e cumprido a sua função de bem informar o público.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a reconstrução da ponte sobre o Rio Corvo, indispensável para a ligação entre os Municípios de Vera Cruz do Oeste e Toledo.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Odeni Mongruel e Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de apelo a Srª Secretária da Educação, para que baixe ato dando posse aos professores, auxiliares de secretaria e serventes, concursados por força do Decreto Municipal n.º 208, no Município de Arapoti.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando para que as contribuições sobre os municípios litorâneos, sejam levados para análise da Comissão de Ecologia desta Casa, com cópia para a Secretaria de Agricultura, como estímulo à pesca do litoral paranaense.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, manifestando solidariedade às reivindicações dos trabalhadores do DER-PR.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo dotar com aplicação de cascalho, 70 km de estradas vicinais no Município de Vera Cruz do Oeste.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo reparos na estrada PR-281, que liga os Municípios de Planalto e Realeza, especificamente nos km 86 a 87.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Ao terminar essa Sessão a Mesa deseja convidar os Srs. Deputados para o IV Fórum de Debates, a ser realizado neste 13 de abril de 1984, a partir das 9:00 horas, com a instalação deste Fórum.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. A seguir, marca uma Sessão Extraordinária, após o término desta.

Levanta-se a Sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, em sessão do dia 12 de abril de 1984.

AINDA HÁ O QUE REIVINDICAR

Lideranças empresariais e da classe obreira paranaense devem estar, a esta altura, num processo de auto-recriminação por reivindicarem exatamente aquilo que o Paraná achava justo receber para dar vazão ao movimento das Juntas de Conciliação e Julgamento, da Justiça do Trabalho em nosso Estado. Em assim procedendo, a solicitação que era de 19 Juntas para diversos municípios e Capital, acabou sendo podada em dois terços, ficando, num processo de arredondamento, em sete o que é pretendido, com base num estudo das necessidades.

A notícia de que o Paraná receberá, em breve, sete novas Juntas de Conciliação e Julgamento, por decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que em atendimento à solicitação do Ministério da Justiça achou por bem reduzir em dois terços as pretensões gerais de todas as unidades da Federação, a notícia, dizíamos, por certo, não encontrou receptividade positiva junto àqueles que de uma forma ou outra têm ligação com a Justiça do

Trabalho. A concessão de funcionamento de mais Juntas em nosso Estado não pode assumir ares de benesse, de favorecimento ou de gentileza. O Paraná faz por merecer novos órgãos da primeira entrância da justiça obreira por suas próprias condições legais. Ninguém pode deixar de ver a pujança de tantos municípios paranaenses que, pelo seu próprio crescimento ou da região, estão a exigir a presença mais próxima e efetiva da prestação jurisdicional dos órgãos da 9ª Região da Justiça do Trabalho.

Num período como o que atravessamos, com sucessivas transformações na economia — em seus diferentes setores — são naturais os questionamentos provocados pela ruptura das relações empregatícias. Hoje, todavia, a solução dessas questões fica procrastinada pela simples razão do acúmulo de serviço. Não em razão de eventual morosidade na decisão da justiça, mas, simplesmente, na falta de data nas agendas dos magistrados. Essa é uma situação que precisa ser observada com carinho pelas lideranças do Paraná. Ela se inclui a tantos outros problemas e temas que devem merecer tratamento especial por todos aqueles que defendem as causas paranaenses. Afinal, é inegável a ocorrência de seqüelas na economia global. Sem falar no clima de intranquilidade que ronda todos aqueles envolvidos em litígios, de qualquer natureza, que tem sua solução protelada. Esta é uma das razões a se exigir uma prestação jurisdicional rápida. Se não houvesse por trás de tal procedimento o interesse social, poderia até ser admissível outro entendimento. Todavia, isto não acontece.

Há que se destacar aqui os esforços empreendidos pela cúpula diretiva do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Também os integrantes daquele Corte, como demais magistrados e procuradores da Justiça do Trabalho, sentem as agruras de uma estrutura carente de recursos. E a insuficiência de Juntas de Conciliação e Julgamento representa, sem dúvida uma dessas carências. Curitiba, por exemplo, possui hoje apenas quatro JCJs. Com a carga de reclamatórias que recebem no dia-a-dia, é perfeitamente compreensível que tenham suas pautas tomadas por um período superior a seis meses.

Nesse quadro há um terreno fértil para situações antagônicas ao que se propõe a justiça. Com a ruptura do contrato de trabalho, num mercado sem oferta de vagas e vivendo numa época em que a inflação acumulada ultrapassada a casa das duas centenas, é inevitável a pressão sobre o trabalhador com plenos direitos em sua pretensão reivindicatória. Do outro lado, também aspectos negativos na vida do empregador; pois para aquele cômico de suas obrigações e direitos há o interesse na mais rápida solução dos litígios.

Em razão de tudo isso, o Paraná não pode interromper seu movimento por mais Juntas de Conciliação e Julgamento. Aceitamos as sete aprovadas, mas não abrimos mão das 19 reivindicadas!

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Roberto Requião, em sessão do dia 12 de abril de 1984.

ESTRANHO PODER

Emir Sfair

O Dentel, e seu todo poderoso coronel, senhor que reina nas comunicações do Paraná, estaria impedindo o Deputado Roberto Requião de levar sua mensagem pelas diretas ao ar, em emissoras de rádio de Curitiba. O grito é do próprio parlamentar que chega a acusar seu colega e radialista Ervin Bonkoski de ter um

conluio com os homens do famoso departamento.

Acompanho, há alguns anos, a trajetória política do coronel Osvaldo Bianco; desde a sua desastrosa tentativa de ser eleito deputado, até algumas passagens menos ortodoxas em sua atuação no Dentel, onde tem sido um carrasco para uns e um pai generoso para outros, o que, aliás, é uma característica dos folhetos da Ditadura.

Lembro do coronel Bianco em plena companhia cívica no governo Paulo Pimentel, quando era membro de um grupo "duro" que se reunia na Secretaria do Interior e Justiça, sob a inspiração e a liderança do então secretário desembargador Lauro Fabrício de Mello e Silva. Era a própria "Revolução em marcha" dentro da Secretaria e um poder de aço emanava daquelas reuniões daqueles verdadeiros donos de um poder inquebrantável.

A nomeação para o Dentel abrandou o coronel. Ele então se tornou um homem sociável, freqüentador assíduo das colunas mais generosas das amenidades paranaenses, presidente de honra das reuniões das emissoras de rádio que astuciosamente ele soube localizar nas mais diversas regiões do Estado. Mudou muito, lembrando o macarrão das estórias ao pé do fogo, o militar duro havia conseguido um cargo público e dele não gostaria de se afastar. A panela ganhava mais espaço e entre as paredes de alumínio e a água fervente, ele se tornava mole, um pai generoso e pródigo segundo os mais próximos.

A Paulo Pimentel, que não teve paciência com seus desejos, ele responderia com a perseguição que culminaria com a cassação da Rádio Iguaçu (ex-Rádio Guairacá). Mas seu poder é tão grande que ao assumir a presidência do PDS, Pimentel e a bancada federal do Paraná tentaram afastá-lo do Dentel mas sem nenhum sucesso. O próprio ex-governador, estranhamente, apesar de ser um dos homens mais fortes do esquema do governo federal acabou não insistindo em seu afastamento.

Pois o Dentel parece continuar sendo um instrumento de censura política e a pressão sobre o deputado Roberto Requião é um exemplo típico do poder que emana deste organismo técnico que deveria se preocupar com a qualidade dos programas de Rádio e de TV e deixar de lado esta atuação de vigilância política que deveria ficar por conta exclusiva dos censores federais.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 005ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1984 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, Secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Ivan Gubert.

Às 16:00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odani Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiati, Péricles Pacheco, Quísel Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio

Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguiu Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 115/83, (Mensagem nº 148/83 — ex-Proposição nº 135/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Município de Agudos do Sul, objetivando a realização da Festa de Hortigranjeiros. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 116/83,

(Mensagem nº 145/83 — ex-Proposição nº 121/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 117/83, (Mensagem nº 109/83 — ex-Proposição nº 104/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio celebrado em 03/09/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Campo Largo, objetivando regular a prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos, na área desse município. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Ordinária, para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 21/82, 215/83, 218/83, 220/83.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 110/83, 113/83, 114/84, 115/83, 116/83 e 117/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 226/83 e 228/83 e do Projeto de Lei Complementar nº 223/83.

Levanta-se a Sessão.